

108 elaborada com o objetivo de ser um direcionamento para as autoridades outorgantes;
109 ressaltou que certamente existirão processos de outorga em andamento quando de sua
110 aprovação e levantou a questão: a resolução deveria ser aplicada nas outorgas de barragens
111 ainda não autorizadas ou o parâmetro de referência deveria ser a data de protocolo dos
112 respectivos processos?. O Dr. Martinho destacou que processos de outorga de obras
113 relevantes poderiam estar em andamento e não seriam abrangidos pela resolução. A Dra.
114 Célia referiu-se aos problemas que poderiam ser encontrados para continuidade da análise
115 dos processos em andamento e opinou que a análise deveria ser baseada na legislação
116 vigente no momento do protocolo. O Dr. Martinho disse que, desta forma, proporia que não
117 fosse elaborada resolução sobre o assunto. O Dr. Alexandre falou que uma resolução
118 deveria regular o que viria posteriormente a ela. O Dr. Diógenes disse que a resolução não
119 deveria abranger as obras já licitadas pela ANEEL, nem tampouco os processos
120 protocolados nos órgãos gestores; prosseguiu dizendo que os mesmos deveriam ser objeto
121 de estudos específicos, não abrangidos pela resolução; concluiu ressaltando que uma
122 resolução não poderia ter validade sobre um processo retroativo. A Dra. Leila endossou e
123 salientou as dificuldades para a análise de processos que estariam protocolados com data
124 anterior à aprovação da resolução. O Dr. Martinho propôs a adição de artigo específico que
125 recomendaria a consideração da resolução nos casos em análise. O Dr. Di Bella disse que a
126 resolução, na sua forma atual, traria um ordenamento de ações já previstas em lei e seu
127 objetivo seria coordenar as ações de um empreendedor com os demais usuários da água da
128 bacia; alertou para o risco de se correria de que protocolos fossem propositalmente
129 efetuados antes da publicação da resolução. A Dra. Leila solicitou a todos que tragam para a
130 próxima reunião suas contribuições para a proposta de resolução; ressaltou que a resolução
131 abrangeria desde pequenas barragens para uso de água em irrigação até grandes barragens
132 para geração hidrelétrica. Em seguida, foi dado início à discussão da proposta de resolução
133 em questão; a nova versão gerada se encontra em anexo (**Anexo III**). Já em assuntos gerais,
134 a Dra. Leila falou sobre a proposta de resolução, em elaboração no CONAMA, que trata da
135 integração de procedimentos de outorga de uso dos recursos hídricos e licenciamento
136 ambiental; disse que será feito convite à Dra. Célia Poeta, da CETESB/SP, coordenadora
137 do respectivo Grupo de Trabalho para relatar, na próxima reunião da CTPOAR, a minuta da
138 proposta de resolução. Lembrou que no próximo dia 11 de dezembro, durante a VIII
139 Reunião Ordinária do CNRH, será encaminhada para aprovação a proposta de resolução
140 sobre diretrizes para a outorga de uso dos recursos hídricos para o aproveitamento dos
141 recursos minerais. Desejou um feliz natal e próspero ano novo a todos e deu por encerrados
142 os trabalhos dessa reunião, às 16:45 horas.

143
144 Ata aprovada na 21ª reunião da CTPOAR, realizada em 31 de janeiro de 2003.

145
146
147
148 LEILA CARVALHO GOMES
149 Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
Relator

57 ampliar as discussões. O Dr. Martinho ressaltou as dificuldades tanto para a definição dos
58 parâmetros que caracterizariam novas barragens quanto para a análise das obras que
59 estariam em processo de aprovação e licenciamento. O Dr. Marcelo de Deus acrescentou
60 ainda a necessidade de atender as obras que estariam em processo de renovação de suas
61 concessões. O Dr. Diógenes disse entender que estas obras não seriam abrangidas pela
62 resolução. O Dr. Marcelo de Deus solicitou então, que este aspecto fosse explicitado no
63 corpo da resolução. A Dra. Célia disse que a resolução deveria ser formulada apenas para os
64 novos pedidos de outorga. O Dr. Martinho reafirmou seu posicionamento favorável à
65 abrangência da resolução aos processos em andamento. A Dra. Leila opinou que o conceito
66 para aprovação de projetos de novas barragens seria as que ainda não tivessem sido
67 analisadas pelos poderes outorgantes; ponderou que a inclusão das que estão em análise ou
68 em regularização aumentaria a abrangência e complexidade da resolução. Ocorreram
69 polêmicas relativas à integração dos procedimentos de licenciamento e outorga havendo
70 consenso quanto à atribuição do órgão gestor em promovê-los, e foram feitas ressalvas com
71 relação à importância da manifestação dos comitês. O Dr. Diógenes disse que os conflitos
72 em reservatórios aconteceriam pela falta de diretrizes para o início dos procedimentos de
73 integração do licenciamento ambiental e a outorga. O Dr. Roberto ponderou que o foco da
74 resolução teria sido mudado para outorga de novas barragens e não mais para os usos
75 múltiplos da água em reservatórios. A Dra. Leila esclareceu que a idéia inicial de uma
76 resolução que abrangesse barragens existentes e novas foi substituída pela proposta de que
77 essa resolução discutisse as novas barragens; as existentes, complementou, poderão ser
78 objeto de nova resolução. O Dr. Martinho sugeriu que a resolução fosse um conjunto de
79 procedimentos que nortearia o relacionamento entre os vários agentes envolvidos,
80 objetivando conduzir os conflitos existentes a uma solução, além de evitá-las no futuro. A
81 Dra. Leila lembrou que existem outros setores usuários, além do setor de geração de energia
82 hidrelétrica, que também constroem barragens e com outras finalidades; com isso, propôs
83 que fosse elaborada uma resolução específica para o setor elétrico e outra para os demais
84 setores; propôs também a criação de GTs específicos para cada assunto; sugeriu que a
85 proposta fosse melhor pensada pelos presentes. O Dr. Martinho ressaltou que, ainda assim,
86 estariam faltando as definições da abrangência e do momento de aplicação da resolução. O
87 Dr. Diógenes disse que alterar a abrangência da resolução demandaria na ampliação dos
88 participantes nas reuniões, principalmente com a inclusão da área jurídica da ANA, da
89 ANEEL, do Ministério dos Transportes, dentre outros. Às 12:30 horas, foi proposta pausa
90 para almoço. O retorno ocorreu às 14:30 horas quando a Dra. Leila solicitou retorno à
91 questão da alínea “e”, inciso III, artigo 2º, da versão encaminhada pela CTIL da proposta de
92 resolução sobre recursos hídricos e aproveitamento dos recursos minerais. A Dra. Célia se
93 comprometeu a encontrar, no Código Florestal, o artigo que faria referência a sistemas de
94 disposição de estéril e de rejeitos como interferência da atividade minerária em corpos de
95 água. A Dra. Leila, por sua vez, se comprometeu a questionar o órgão de meio ambiente do
96 estado de São Paulo sobre o mesmo assunto. Já o Dr. Marcelo Taylor disse que teria
97 pareceres sobre o assunto e se comprometeu a distribuí-los aos membros da CT. A Dra.
98 Leila propôs que as informações fossem encaminhadas ao Dr. Luiz Cláudio, na Secretaria
99 Executiva, que se encarregaria de redistribuí-las. Dando prosseguimento, a Dra. Leila
100 solicitou ao Dr. Luiz Cláudio que fizesse um breve relato sobre a elaboração, pela CTIL, de
101 proposta de nova composição para esta CTPOAR, a qual, após aprovação pela Plenária do
102 Conselho, passaria a vigorar a partir de 1º de fevereiro de 2003. O Dr. Luiz Cláudio falou
103 sobre todo o processo desencadeado pela Secretaria Executiva para subsidiar os trabalhos da
104 CTIL que, por sua vez, elaborou proposta de nova composição para esta e outras quatro CTs
105 do Conselho (**Anexo II**); ressaltou as mudanças que deverão ocorrer na composição atual.
106 Terminada a explanação, a Dra. Leila propôs retorno ao debate acerca da minuta de
107 resolução de barragens. O Dr. Diógenes disse que a proposta de resolução estaria sendo

1 **ATA DA 20ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE**
2 **PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS,**
3 **REALIZADA EM BRASÍLIA/DF.**
4
5

6 **DATA:** 26/11/2002 **Início:** 10:10 hs **Término:** 16:45 hs
7

8 **PARTICIPANTES :**

9 Ministério do Meio Ambiente: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
10 Ministério dos Transportes: Martinho Cândido Velloso dos Santos (martinho@transportes.gov.br)
11 Agência Nacional de Águas – ANA: Célia Cristina Moura Pimenta (celiacristina@ana.gov.br)
12 Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL: Diógenes Mortari (diogenes@aneel.gov.br)
13 Conselhos Estaduais Região Sul: (ausência justificada)
14 Conselhos Estaduais Região Sudeste: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
15 Conselhos Estaduais Região Centro-oeste: (ausência)
16 Conselhos Estaduais Região Nordeste: (ausência)
17 Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Marcelo de Deus Melo (mdeus@cemig.com.br)
18 Irrigantes: (ausência)
19 Indústrias: Alexandre Cheb Sion (alexandre.sion@cvrd.com.br)
20 Setor Hidroviário: José Di Bella (di_bella@uol.com.br)
21 Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: José Leomax dos Santos
22 (leomax@terra.com.br)
23

24 **CONVIDADOS:**

25 Emanuel Teixeira de Queiroz – DNPM (emanuel@dnpm.gov.br)
26 Luiz Fernando de Arruda Gonçalves – COPEL (luiz.goncalves@copel.com)
27 Marcelo Taylor de Lima (marcelo.taylor@cvrd.com.br)
28 Rosa H. de O. Martins – CETESB/SP (rosam@cetesb.sp.gov.br)
29

30 **RELATOR:**

31 Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
32

33 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

34 Às 10:10 horas do dia onze de novembro do ano de dois mil e dois, a Dra. Leila abriu a 20ª
35 Reunião desta Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações
36 Reguladoras (CTPOAR), do CNRH. Agradeceu a presença de todos e sugeriu que o
37 primeiro assunto discutido fosse a aprovação da ata da 19ª Reunião da CTPOAR. Após
38 apreciação pelos presentes, a ata foi aprovada sem modificações. Em seguida, solicitou à
39 Dra. Célia que tecesse comentários sobre a discussão e encaminhamento à Plenária do
40 CNRH, ocorrida na Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, da
41 proposta de Resolução sobre “Diretrizes para a outorga de uso dos recursos hídricos para o
42 aproveitamento dos recursos minerais”. A Dra. Célia esclareceu que as modificações teriam
43 sido basicamente efetuadas na forma do texto da resolução, além da introdução do conceito
44 de Plano de Utilização da Água; salientou também que foi mantido o texto do inciso V do
45 artigo 2º, na versão encaminhada pela CTPOAR (**Anexo I**). Dando prosseguimento, a Dra.
46 Leila solicitou que o Dr. Diógenes fizesse um relato sobre os trabalhos realizados, na
47 reunião ocorrida em Salvador, pelo Grupo de Trabalho - GT responsável pela elaboração
48 da minuta de proposta de resolução sobre “Critérios gerais para outorga de uso dos recursos
49 hídricos para a implantação de novas barragens”. O Dr. Diógenes iniciou solicitando o
50 registro em ata de agradecimentos ao Dr. Robério, da SRH/Bahia, pela organização e apoio
51 prestado na realização da reunião do GT. Relatou que, na ocasião, em função de aspectos
52 levantados, como por exemplo, a diferença de procedimentos adotados entre os estados,
53 houve consenso que a resolução deveria se ater a diretrizes gerais. Citou ainda que alguns
54 artigos foram agrupados, mas que os conceitos principais relativos à necessidade de estudos
55 técnicos e de articulações entre os órgãos envolvidos foram mantidos; disse que teria sido
56 acertado que os segmentos presentes na reunião repassariam as decisões, com o objetivo de